



**ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA**

REQUERIMENTO Nº 55/2026

REQUER AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA QUE OFICIE AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SEMSA, SOLICITANDO INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS DADOS DE VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA E A CORRELAÇÃO COM OS REGISTROS DE DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA EM PARAUAPEBAS.

Requeiro ao Presidente da Mesa Diretora, nos termos do artigo 202 do Regimento Interno, que seja enviado ofício ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), para que preste informações detalhadas sobre a operacionalização do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua), a alimentação do sistema federal (Sisagua) e a sua intersecção com os dados epidemiológicos de doenças de veiculação hídrica no município de Parauapebas.

Parauapebas, 5 de março de 2026.

**ALEX P. OHANA
VEREADOR – PDT**



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

JUSTIFICATIVA

A garantia de que a água fornecida à população atenda aos padrões de potabilidade é um dos pilares fundamentais da saúde pública. Em Parauapebas, essa responsabilidade é compartilhada entre a concessionária da zona urbana (AEGEA), o SAAEP (nas áreas rurais) e a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), que exerce o poder de polícia sanitária através da Vigilância Ambiental. O Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua) é a ferramenta federal que centraliza os laudos e permite o monitoramento de riscos.

Contudo, o monitoramento da água, por si só, não é suficiente. É crucial que haja uma integração efetiva entre os dados de qualidade da água e os dados de saúde da população. Quando um cidadão adoece por uma doença de veiculação hídrica (como diarreia aguda, Hepatite A ou febre tifoide), a notificação é feita pela Vigilância Epidemiológica em sistemas como o SIVEP-DDA e o SINAN. A eficácia do sistema de saúde pública reside na capacidade de cruzar essas informações: um aumento de casos de diarreia em um bairro específico deve acionar um alerta imediato na Vigilância Ambiental para que a qualidade da água naquela localidade seja investigada como possível causa.

Este requerimento busca, portanto, fiscalizar não apenas a coleta e inserção de dados sobre a água, mas principalmente a existência e a efetividade do fluxo de comunicação e ação conjunta entre as vigilâncias Ambiental e Epidemiológica. É preciso garantir que os dados do Sisagua não sejam apenas um repositório de laudos, mas uma ferramenta ativa e integrada à Vigilância em Saúde para prevenir surtos e proteger a população de Parauapebas.

Diante da importância estratégica deste tema, requer-se que o Poder Executivo, por meio da SEMSA, informe:

- 1 A alimentação do Sisagua está sendo realizada de forma regular e completa? Há alguma pendência ou inconsistência no envio dos laudos de autocontrole?



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

- 2 Quais os resultados dos laudos de controle realizados pela Vigilância Ambiental da SEMSA nos últimos 12 meses? Houve divergências significativas em relação aos laudos de autocontrole apresentados pela concessionária? Se sim, quais medidas foram tomadas?
- 3 A SEMSA realiza o cruzamento de dados georreferenciados entre os endereços dos pacientes notificados nos sistemas SIVEP-DDA e SINAN com os resultados das análises de qualidade da água (Sisagua) para as mesmas localidades?
- 4 Nos últimos 12 meses, quantas vezes o protocolo de ação conjunta (Vigilância Epidemiológica acionando a Vigilância Ambiental) foi ativado devido a picos de doenças de veiculação hídrica em bairros específicos? Quais bairros foram alvo dessas ações e quais foram os resultados?
- 5 Qual o procedimento padrão e o tempo de resposta da SEMSA e da concessionária quando uma amostra de água apresenta resultado insatisfatório, fora dos padrões da Portaria GM/MS nº 888/2021? Como a população da área afetada é comunicada sobre o risco?
- 6 Apresentar um relatório consolidado dos últimos 12 meses com o número de casos notificados de Doenças Diarreicas Agudas (SIVEP-DDA), Hepatite A, Febre Tifoide e Leptospirose (SINAN), separados por bairro ou região do município.
- 7 Todos os hospitais e clínicas que utilizam poços artesianos (Solução Alternativa Coletiva - SAC) estão devidamente cadastrados no Sisagua e submetendo seus laudos mensais à Vigilância Ambiental? Há fiscalização ativa sobre essas unidades?
- 8 Existe um comitê, grupo de trabalho ou fluxo de processo formalmente instituído que garanta a comunicação periódica e a troca de informações entre as equipes da Vigilância Ambiental e da Vigilância Epidemiológica?
- 9 Como a população de Parauapebas pode acessar os dados sobre a qualidade da água de seu bairro? Existe um portal da transparência ou canal de comunicação que divulgue os resultados do Vigiaqua de forma clara e acessível?



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

10 Quais os principais desafios enfrentados pela SEMSA para garantir a plena integração entre a vigilância da qualidade da água e a vigilância epidemiológica, e quais ações estão planejadas para superar esses desafios?

Pelas razões expostas, apresento este requerimento aos nobres pares, convicto de que a integração das informações de vigilância é a estratégia mais inteligente e eficaz para proteger a saúde da nossa população e garantir o direito fundamental ao consumo de água segura.

Parauapebas, 5 de março de 2026.

ALEX P. OHANA
VEREADOR – PDT